CONTRIBUINTES DISCURSIVOS: o texto e a construção de sentido

Clodoaldo Sanches Fófano¹
Sonia Maria da Fonseca Souza²
Vyvian França Souza Gomes³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar, para discussão, alguns elementos verificados na monografia de pós-graduação, que tem por título: *O implícito na prática discursiva: um olhar investigativo no infratexto de crônicas políticas machadianas da segunda metade do século XIX*². Assim, serão verificadas de que maneira o texto e alguns contribuintes discursivos auxiliam na completude discursiva. Enfim, concluiu-se que texto é produto de uma prática discursiva e seu contexto de produção não é um objeto acabado, mas um processo, resultante de operações comunicativas e processos linguísticos sociocomunicativos.

Palavras-chave: Texto. Contexto. Prática Discursiva. Completude Discursiva.

Um rio precisa de muitas água em fio
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para o outro poço,
em frases curtas, então frases e frases,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.
(*Rios sem discurso*. JOÃO CABRAL
DE MELO NETO, 1996).

Introdução

A comunicação é estabelecida por meio de textos e o trabalho da competência comunicativa corresponde ao desenvolvimento da capacidade de produção e compreensão de textos nas mais diferentes situações de interação comunicativa a fim de que se representem situações discursivas de enunciação.

Nesse sentido, texto será o resultado da atividade comunicativa, que se faz seguindo regras e princípios discursivos. Essa unidade comunicativa é de sentido complexo, todo significativo em relação à situação em que ele é produzido. Assim, texto não é uma estrutura terminada. Ele é um objeto que possui um estado permanente de completude discursiva. Sendo assim, para que essa completude seja

¹ Mestrando em Ciências das Religiões, pela Faculdade Unida de Vitória. Pós-graduado em Estudos Linguísticos e Literários, pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Pós-graduado em Gestão Escolar, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduando em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell (ISSED). Graduado em Letras (Português/Espanhol), pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Professor dos Cursos Técnicos na Escola de Aplicação da Fundação Educacional e Cultural São José de Itaperuna (UNIFSJ). E-mail: clodoaldosanches@yahoo.com.br

² Mestre em Educação pela Universidade Iguazu (UNIG). Professora do Centro Universitário São José de Itaperuna. Email: sonifon1@hotmail.com

³ Graduanda do curso de Letras - Português/Inglês do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: vyvi46@hotmail.com

alcançada faz-se necessária a utilização de vários contribuintes, como: a situação histórico-social, a intertextualidade, o leitor/co-enunciados, etc.

Diante do supracitado, o presente artigo pretende verificar como o texto e alguns contribuintes discursivos auxiliam na completude discursiva.

2 Textos como prática social discursiva

A Linguística Textual, quando surgiu, teve um progressivo afastamento da influência da Linguística Estrutural saussuriana. Para tanto, a Linguística Textual, em seu primeiro instante, voltou-se para a análise transfrástica, para fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou semânticas, que ficassem limitados ao nível da frase. Nesse primeiro momento, a Linguística Textual estava preocupada com a relação entre frases e período, sem levar em consideração o contexto. Assim, o texto era visto como uma estrutura acabada e pronta, com único início e o fim mais ou menos explícito.

Conforme Mussalin e Bentes (2001, p. 247),

Na *análise transfrástica*, parte-se da frase para o texto. Exatamente por estarem preocupados com as relações que se estabelecem entre as frases e os períodos, de forma que construa uma unidade de sentido, os estudiosos percebem o fenômeno que não consegue ser explicado pelas teorias sintáticas: o fenômeno da co-referenciação, por exemplo, ultrapassa a fronteira da frase e só pode ser melhor compreendido no interior do texto.

Em um segundo momento, com a euforia produzida com o sucesso da gramática gerativa, postulou-se a descrição da competência textual do falante, assim, a construção das gramáticas textuais. Nesse período, passaram a postular o texto como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao discurso, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída.

Mussalin e Bentes (2001, p. 249) ressaltam, ainda, que

O fato de ter sido necessário considerar, na construção do sentido global do enunciado, o conhecimento intuitivo do falante acerca das relações a serem estabelecidas entre sentenças, e o fato de nem todo texto apresentar o fenômeno da co-referenciação, constituíram-se em fortes motivos para a construção de uma outra linha de pesquisa, que não considerasse o texto apenas como uma simples

soma ou lista dos significados das frases que o constituem. Passou-se, então, ao objeto de elaborar gramáticas textuais.

Já em um terceiro momento, o texto passa a ser estudado dentro do seu contexto de produção e passa a ser entendido, não como um objeto acabado, mas como um processo, resultante de operações comunicativas e processos linguísticos sociocomunicativos. Dessa forma, parte para a elaboração de uma teoria do texto. É nesse momento, que os estudiosos passam a dar particular importância ao tratamento do texto no seu contexto pragmático. Assim, no final da década de setenta, a palavra de ordem não era mais a gramática de texto, mas a noção de textualidade. Assinalam, ainda, Mussalin e Bentes (2001, p. 247) que:

[...] em vez de dispensarem um tratamento formal e exaustivo ao objeto “texto”, os estudiosos começaram a elaborar uma teoria do texto, que, ao contrário das gramáticas textuais, preocupadas em descrever a competência textual de falantes/ouvintes idealizados, propõe-se a investigar a construção, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso.

A noção de textualidade ou textura pressupõe que não existe texto sem coesão e coerência; portanto, são esses elementos que fazem a sequência linguística ser reconhecida como texto, e não um amontoado aleatório de frases. Reconhecer a sequência como texto significa dizer que aquele que a recebe é capaz de percebê-la como unidade significativa global.

Assim, os estudiosos passam a postular que a comunicação é estabelecida por meio de textos; e o trabalho da competência comunicativa corresponde ao desenvolvimento da capacidade de produção e compreensão de textos nas mais diferentes situações de interação comunicativa a fim de que se representem situações discursivas de enunciação.

No sentido de corroborar com o assunto exposto, Fonseca F. e Fonseca J. (apud TRAVAGLIA, 2000, p. 95) enfatizam que

O texto tem de ser visto como produto de um ato de fala, como discurso, isto é, como enunciado que traz em si as marcas do processo de enunciação, as marcas da adequação às finalidades próprias de cada intento de comunicação em situação específica, as marcas de ações cumulativas desenvolvidas em cada ato verbal.

Para se compreender texto como prática social discursiva é necessário conceituar discurso, que por sua vez é toda atividade comunicativa produtora de efeitos de sentido de um enunciador em uma situação de comunicação determinada, reunindo não só o conjunto de enunciados por ele produzido em tal situação, como também o evento de enunciação, que é regulada por uma exterioridade sócio-histórica e ideológica, que determina as regularidades linguísticas e seu uso, sua função. Segundo Koch e Travaglia (2000, p. 67),

Texto será entendido como uma unidade linguística de sentido concreto (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentidos e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível, independente da sua extensão.

Seguindo esse raciocínio, fica evidente que o texto será o resultado da atividade comunicativa, que se faz seguindo regras e princípios discursivos. Essa unidade comunicativa é de sentido complexo, todo significativo em relação à situação em que ele é produzido. O sentido está relacionado com a intenção comunicativa e com a situação sócio-histórica.

Koch e Travaglia (apud MUSSALIN; BENTES, 2001, p. 274) apontam que

A intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam o texto para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados. Para os autores a intencionalidade tem uma relação estreita com a argumentatividade.

Mister se faz destacar que o texto não é definido pela sua extensão, ele pode ser, desde uma só palavra até muitas frases, enunciados e páginas, como, por exemplo, um romance. Portanto, o que delimita o que é um texto para a Análise do discurso (AD) é o fato de, ao se referir à discursividade, constitui uma unidade em relação à situação. Por isso, independente do seu tamanho, ele é um instrumento poderoso de intervenção na sociedade. Como exemplo, é importante destacar que foi por intermédio de um texto que se “acabou” com a escravidão no Brasil. Também foi por meio de textos que Machado de Assis denunciou a permanência dos maus tratos em relação aos negros após a abolição.

3 A Análise do Discurso e a situação histórico-social

O discurso é uma prática social. Portanto, todo discurso é uma construção social e não individual e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, pois é no contexto que se vai encontrar um conjunto de informações que auxiliará a análise discursiva. Nesse sentido, o contexto é um dos principais elementos de coesão textual.

Para Malinowski (apud KOCH, 2003, p. 21),

Um enunciado só se torna inteligível quando colocado dentro de seu contexto de situação, se me é permitido cunhar uma expressão que indique, por outro lado, que a concepção de contexto precisa ser ampliada e, por outro, que a situação em que as palavras são usadas jamais poderá ser descartada como irrelevante para a expressão linguística. Podemos ver o quanto a noção de contexto necessita ser substancialmente ampliada se quisermos que ela tenha plena utilidade. De fato, ela deve ultrapassar os limites da mera linguística e ser alcançada a análise das condições gerais sob as quais uma língua é falada.

Koch (2003, p. 25) ratifica: “[...] nenhuma análise linguística [...] pode ser feita sem levar em conta ou fazer intervir, em alguns momentos, elementos exteriores aos dados ou fatos linguísticos analisados”, pois se mudam os elementos exteriores mudam as possibilidades significativas. Assim, os valores significativos têm que estar em concordância com a situação sócio-histórica: quem fala, o que e para quem se fala, quando, onde, em que condição, com que propósito, etc. Todavia, o efeito de sentido de uma sequência pode ser diferente de acordo com quem produz.

A determinação sócio-histórico-ideológica no contexto de produção do texto afeta não só o efeito de sentido, mas também a possibilidade de produzir o texto em dada situação, porque dependendo da mensagem transmitida, da sua decodificação, dependendo da situação, pode causar uma grande confusão. Modificação no contexto pode implicar, dependendo do caso, modificação de sentido.

Diante disso, é importante entender também que tudo depende do grau de desenvolvimento da competência comunicativa, da habilidade de uso dos elementos da língua para a comunicação e do controle que se tem dos fatores que podem afetar o efeito de sentido que se pretende produzir.

A análise de um discurso deve, de imediato, saber que há um enunciador, um sujeito com determinada identidade social e histórica e, a partir disso, situar o discurso como compartilhando dessa identidade. É nesse sentido que a teoria do discurso aponta que a exterioridade social por intermédio da história de uma comunidade determina os processos semânticos e, conseqüentemente, essa exterioridade sócio-histórica por ser constitutiva da linguagem manifesta-se no texto. Logo, é a contextualização que a sequência linguística permite.

Na definição de discurso explicita-se que as condições de produção eram a exterioridade, o sujeito e as regularidades linguísticas. A exterioridade é formada pelo que se denomina de contexto.

Segundo Orlandi (apud TRAVAGLIA, 2000, p. 83) o contexto

[...] inclui tanto os fatores da situação imediata (contexto de situação no sentido estrito) como os fatores do contexto sócio-histórico e ideológico (contexto da situação no sentido lato) [...] o contexto de situação (ou situação imediata de comunicação ou situação de enunciação) é aquela situação mais bem definida de interação comunicativa.

O contexto é de fundamental importância; alguns estudiosos dizem que ele é a moldura de um texto. O contexto envolve tanto elementos da realidade do enunciador quanto do receptor; sendo assim, a análise desses elementos ajuda a determinar os sentidos, que são dependentes da situação em que se constrói, e em relação à qual se constrói o texto.

Como evidencia Travaglia (2000, p. 89):

O(s) efeito(s) de sentido produzido(s) por uma sequência linguística depende(m) também do(s) produtor(es) do texto e dos receptor(es) real(reais) ou pretendido(s). Eles são os sujeitos da interação comunicativa. Os sujeitos do discurso [...] não são tomados como elementos empíricos, mas como formações imaginárias, isto é, como imagens que a sociedade faz desses sujeitos dentro de sua formação histórica e ideológica, enquanto “posições de sujeito” ou “lugares sociais” [...]

O contexto foi um objeto que passou a ser valorizado a partir da terceira fase de ampliação do objeto de análise da Linguística Textual. O âmbito de investigação se estende do texto ao contexto, sendo, segundo Mussalin e Bentes (2001, p. 51),

“este último entendido, de modo geral, como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos”.

Logo, foi necessário percorrer um caminho longo para chegar à concepção de contexto hoje dominante. Essa visão é corroborada por Koch (2003, p. 24) ao evidenciar que

O contexto, da forma como é hoje entendido no interior da Linguística Textual abrange, portanto, não só o co-texto, como a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e também o contexto sociocomunicativo dos interlocutores que, na verdade, subsume os demais. Ele engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos actantes sociais, que necessitam ser mobilizados por ocasiões do intercâmbio verbal.

Diante disso, há um consenso sobre a noção de contexto, no qual se verifica que é possível considerar as unidades linguísticas isoladas, porém que tal análise é insuficiente e que é necessário levar em consideração outros fatores externos, isto é, o contexto. Portanto, isso significa que uma análise de unidades linguística não deve ser feita de forma isolada, mas em agrupamentos, em combinação, funcionamento com outros elementos, já que não há discurso efetivo fora de contexto. Logo, uma análise fora do contexto torna-se uma produção de descontextualização.

4 O intertexto no universo discursivo

Além do contexto, existem outros fatores importantes que contribuem para compreensão do sentido global de um texto. Entre eles está a intertextualidade, que por sua vez é um fator de coerência textual muito importante, porque possibilita o receptor, em seu processo cognitivo de compreensão de um texto, recorrer ao conhecimento prévio de outro texto.

A história do termo intertextualidade foi cunhada pelo formalismo Russo. Nesse sentido, foi Tynianov (apud LOBO, 1997, p. 18) “quem primeiro percebeu o diálogo entre textos dentro do sistema literário [...]. A ideia de ‘dominante’ foi proposta por Roman Jakobson, [...] ela regulamenta, determina e transforma os seus outros componentes”.

Para Barthes (apud KOCH, 2008, p. 59),

O texto distribui a língua. Uma das suas vias dessa construção é a de permutar textos, a fragmentos de textos, que existiriam ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variados, sob formas mais ou menos reconhecíveis.

Assim, evidencia Koch (2008):

[...] todo texto é um objeto heterogêneo que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude ou a que se opõe. [...] Essas formas de relacionamento entre textos são, como se verá, bastante variadas.

Em diversas práticas cotidianas de linguagem, não se percebe o quanto os produtores fazem uso dessa rede de relação entre textos, ao elaborar os seus próprios textos. Por sua vez, os leitores/receptores não observam que, ao processarem o que leem ou ouvem, geralmente utilizam desse conhecimento sobre outros textos, com intuito de construir sentido global a diversas formas textuais com as quais estão em contato.

É nesse sentido que Júlia *Kristeva* (apud LOBO, 1997, p. 18), em 1986, percebeu, ao analisar “*A Palavra poética de Dostoievski*”, a partir do dialogismo, que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é absorção e transformação de um texto em outro”. E, para ratificar esse conceito, vale ressaltar também as palavras do poeta simbolista francês Paul Valéry (apud SANTIAGO, 1978, p. 21), que declara: “O leão é feito de carneiros assimilados”. Assim, diante destes pressupostos percebe-se a importância do intertexto.

No intertexto ocorre a adesão, a captação do que é dito em um outro texto, com algumas modalizações, ou seja, uma retomada por motivos diferentes. Contudo, não se pode negar que todo texto é elaborado a partir de outro texto. É dessa forma também que esses textos, de mais ou menos domínio público, revelam um pouco da habilidade do produtor em brincar com a linguagem, de se utilizar dela com grande desenvoltura para conseguir os efeitos estilísticos desejados.

Em contrapartida, no campo da recepção, conhecer o texto de partida possibilita ao receptor perceber esse jogo e ter uma compreensão melhor do texto

produzido, mas isso não significa dizer que ele não será capaz de compreendê-lo caso não conheça o texto de partida. Logo, se não houver percepção, o receptor vai encarar o texto como algo novo, atribuindo-lhe o sentido global de ser produzido.

Segundo Mussalin e Bentes (2001, p. 271), “Um exemplo dessa possibilidade de leitura é o desenho *Os Simpson*. Nos desenhos da série, acontecem remessas a outros textos, principalmente a filmes, quase no sentido de parodiá-los, ironizá-los”. Assim, uma criança, ao assistir ao desenho, provavelmente não estabelecerá relações intertextuais, já que os textos retomados não são de seu conhecimento. Entretanto, dificilmente deixará de atribuir um sentido global ao episódio. Sendo assim, percebe-se que o estabelecimento de relações intertextuais exige um conhecimento prévio e consciente dos textos de partida por parte do receptor. Para ampliar esse entendimento faz-se necessário destacar que a percepção do intertexto possibilita uma leitura em um nível mais profundo do texto.

Alguns autores afirmam que as relações intertextuais podem ser explícitas ou implícitas. A explícita acontece quando o autor faz referência ao texto de partida, e a implícita quando o autor não faz referência ao texto de partida. Nestes casos, cabe ao receptor ter conhecimento prévio para recuperá-la.

Ainda em relação à construção de sentidos, cabe destacar que, ao compreender o conceito de intertexto de um discurso como o conjunto dos fragmentos que ele cita frequentemente, verifica-se que na medida em que se retira de um discurso fragmentos para introduzir em outro discurso, mudam as condições de produção; logo, a significação desses fragmentos ganha novas formas semânticas.

A intertextualidade no universo discursivo pode ser em sentido amplo ou restrito. No sentido amplo aproxima-se do que a AD chama de interdiscursividade, que é uma resposta direta a outro discurso na medida em que um sujeito toma posição, construindo ou destruindo argumentos. De acordo com Pêcheux (apud KOCH, 2008, p. 60), “Assim é que o processo discursivo não tem de direito, um início: o discurso se estabelece sempre sobre um discurso prévio [...]”.

A interdiscursividade é uma produção de intertexto “profunda”, por se tratar de textos que, participam do processo de produção de outros textos, não atinge nunca, ou raramente a consumação social dos discursos.

Em sentido restrito, a intertextualidade está estruturada a partir da relação entre textos previamente existentes, em que se podem encontrar num texto elementos anteriormente estruturados que estão além dos lexemas.

Assim, essas manifestações da intertextualidade são instrumentos importantes na construção da coesão textual e automaticamente na construção do sentido global de um texto (coerência), produzindo uma compreensão/leitura em um nível mais elevado.

5 Leitor/Co-enunciador: uma parte ativa na construção discursiva

Uma consideração importante de Koch (2008, p. 26) é que o texto não é uma estrutura terminada. Sendo assim, o diálogo do leitor com o texto também contribui para a construção textual. E isso se torna uma realidade ao levar em consideração que o sentido do texto se completa no seu leitor. Então a leitura é uma ação participativa, ativa, interativa.

De acordo com Orlandi (2008, p. 9),

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos “formações imaginárias” em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige.

Lê-se em Fernanda e Anna (2001, p. 255): “[...] a produção textual é uma construção interacional, ou seja, os interlocutores estão obrigatoriamente, e de diversas maneiras, envolvidos no processo de construção e compreensão de um texto”. Para tanto, o sentido do texto não se aloja em cada um dos interlocutores separadamente, mas está no espaço discursivo criado pelos interlocutores.

Segundo Iser (1996, p. 49),

Enquanto se fala da intenção do autor, da significação contemporânea, psicanalítica, histórica etc. dos textos ou de sua construção formal, os críticos raramente se lembram de que tudo isso só teria sentido se os textos fossem lidos.

Talvez por isso seja o sujeito considerado a peça fundamental para a AD, porque é por meio dele que se constroem os efeitos de sentido entre interlocutores.

É a partir dele que surge o discurso, sem ter domínio sobre o que diz, é determinado sem se dar conta, a dizer o que seu lugar de formação social impõe que seja dito.

A apreensão do texto é condicionada à atitude e reação do texto. Assim, pode-se considerar que um texto foi esteticamente aceito desde o momento em que ele produziu efeito em seu leitor. Nesse sentido, o importante agora não é apenas a significação do texto, mas também os efeitos produzidos pelo texto. A noção de efeito supõe, entre outras coisas, a relação de interlocução na construção de sentidos.

Todo texto só produz sentido quando é lido, pois a leitura vista em sua acepção mais ampla pode ser entendida como atribuição de sentidos. Por isso se pode dizer que o cerne da produção de sentidos está na relação entre o dito e o compreendido.

Oportuno se torna destacar que na leitura acontece um processo de elaboração do texto, que se realiza por meio do uso de algumas faculdades humanas. O texto é um potencial de efeitos que se atualiza no processo de leitura. Por meio dele acontecem intervenções no mundo, nas estruturas sociais dominantes etc. No entanto, isso é possível porque o texto mexe com a conduta do leitor, provoca impacto.

De acordo com Orlandi (2008, p. 9),

[...] a leitura é o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante. É nesse momento que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao fazê-lo, desencadeiam o processo de significação do texto. Leitura e sentido, ou melhor, sujeito e sentido se constituem simultaneamente, num mesmo processo.

Um texto não perde sua capacidade de comunicação por ter sido escrito há bastante tempo. Isso acontece com muitos textos literários que ainda conseguem falar, mesmo depois que sua mensagem se tornou histórica e sua significação tornou-se conhecida.

O texto não formula significação sozinho, portanto, somente por intermédio da leitura é que o texto se torna efetivo. Isso vale também para aqueles que se tornaram tão históricos que sua significação não tem mais efeito imediato, ou para aqueles que fazem parte de um mundo que não existe mais, mas que pela leitura, ele pode ser visualizado, embora pareça estranho, também pode ser compreendido.

Na leitura de um texto se realiza a interação entre a estrutura de uma obra e seu receptor, por isso, a análise de um texto não pode dedicar-se apenas à configuração do texto, mas na mesma medida aos atos de sua apreensão. É a partir dessa interação que as indeterminações dos textos, que não devem ser vistas como defeito, mas como condições elementares de comunicação, vão possibilitar que o leitor participe da produção da intenção textual.

A leitura como processo complexo exige do leitor uma competência cognitiva para estruturação do texto, que no fluxo temporal da leitura produz uma sequência de reações, na qual a significação do texto é gerada. Logo, conclui-se que sem a introdução do leitor, uma teoria do texto já não é mais possível. Assim, isso equivale dizer que o leitor se converte na “referência de sistema” do texto, cujo sentido só se constrói pelo processo de leitura, ou seja, pela sua atuação como sujeito ativo nesse processo.

Orlandi (2008, p. 11), pronunciado-se a esse respeito, acrescenta:

Isso mostra como a leitura pode ser um processo bastante complexo e que envolve muito mais do que habilidades que se resolvem no imediatismo da ação de ler. Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente.

Sendo assim, os textos só adquirem sua realidade quando são lidos. De acordo com Iser (1996, p. 73), “[...] isso significa que as condições de atuação do texto se inscrevem na própria construção do texto, que permite construir o sentido do texto na consciência receptiva do leitor”.

O texto por si só não carrega significados, ele deixa pistas para a construção de significados pelo leitor a partir do seu próprio conhecimento. Essa capacidade do leitor de abstração de informações pela leitura tem sido considerada uma das habilidades mais importantes dentro do processo de leitura. Esse leitor é denominado leitor proficiente. Assim, o sentido de um texto também está determinado pelo seu leitor.

Para um leitor proficiente, o conhecimento de mundo é indispensável quando utilizado junto com outras fontes de informação textuais, de nível fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo.

Para Kleiman (2001, p. 110),

O conhecimento linguístico faz parte constitutiva da competência discursiva; queremos, contudo, marcar o fato de que a capacidade de usar a estrutura linguística é uma estratégia que depende de conhecimento tão enraizado que, na área de leitura, é considerado um processo inconsciente do leitor [...]

No universo discursivo, a união destes elementos linguísticos vai favorecer a construção de sentidos em um nível extraordinário. Então, pode-se afirmar que o ato de ler demanda diversas atividades linguísticas e cognitivas. Assim, esse nível de leitura não vai ser apenas decodificação de palavras.

Evidencia Orlandi (2008, p. 38):

[...] o leitor não apreende meramente um sentido que está lá; o leitor atribui sentido ao texto. Ou seja, considera-se que a leitura é produzida e se procura determinar o processo e as condições de sua produção. Daí se pode dizer que a leitura é o momento crítico da constituição do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, uma vez que é nele que se desencadeia o processo de significação.

Sendo assim, como já foi dito anteriormente, a leitura vai ser uma atividade participativa, interativa, meio de comunicação, na qual o leitor não é apenas receptor passivo, mas um co-enunciador, um participante ativo na construção discursiva. É dessa forma que se pode afirmar que o discurso se completa no leitor/co-enunciador.

6 Considerações finais

Diante do estudo realizado, percebeu-se a contribuição da situação histórico-social, do intertexto e do leitor/co-enunciador para a completude discursiva, pois o texto não formula significação sozinho.

Logo, concluiu-se que todo texto é fruto de uma construção social e não individual e só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, porque é no contexto que se vai encontrar um conjunto de informações que auxiliará a análise discursiva. Nesse sentido, o contexto é um dos principais elementos de coesão textual.

Além disso, verificou-se que no intertexto ocorre a adesão, a captação do que é dito em um outro texto, com algumas modalizações, ou seja, uma retomada por motivos diferentes. Contudo, não se pode negar que todo texto é elaborado a partir de outro texto. Assim, o intertexto é um instrumento importante na construção da

coesão textual e automaticamente na construção do sentido global de um texto (coerência), produzindo uma compreensão/leitura em um nível mais elevado.

Além disso, observou-se que texto não é uma estrutura terminada. Por conseguinte, o diálogo do leitor com o texto também contribui para a construção textual. Nesse sentido, isso se torna uma realidade ao levar em consideração que o sentido do texto se completa no seu leitor. Portanto a leitura é uma ação participativa, ativa, interativa.

Para se chegar a essas verificações se construiu este artigo, que por certo servirá de enriquecimento de estudos linguísticos.

7 Referências

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. São Paulo: 34, 1996.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção de sentido**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Desvendando os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH; TRAVAGLIA. O texto e o discurso. In: *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 5 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000. p. 67-98.

KLEIMAN, Angela. **Leitura: ensino e pesquisa**. 2. ed., Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

LOBO, Luiza. Antiépica e modernidade. In: **Ipotesi: Revista de Estudos Literários**, Juiz de Fora, vol. 1, n. 1 – p. 09 -23, 1997.

MELO NETO, João Cabral de. In: *A educação pela pedra*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1979, p.2.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. Linguística Textual. In: **Introdução à lingüística**. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 245-285.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTIAGO, Silviano. O Entre-lugar do Discurso Latino-Americano. In: **Uma Literatura nos Trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28.

TRAVAGLIA. O texto e o discurso. In: **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 67-98.